

## ENTREVISTA



**Ten Cel PM Benedito Lauro da Silva**  
**Mestre em Educação - UFMT**

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva  
em 06/11/2018*

### RESUMO BIOGRÁFICO

Mestre em Educação pela UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular (2018). Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela APMCV (2015). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC/UFMT (2006). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (1996). Membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC) da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Escolar Indígena (GEPEEI) da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) e Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP) nas disciplinas de Direitos Humanos, Policiamento Comunitário e Procedimento Operacional

Padrão (POP). Atualmente é Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e professor das disciplinas de Direitos Humanos, Policiamento Operacional Padrão (POP) e Policiamento Comunitário nas escolas superiores da PMMT.

Possui publicações na área da Educação e Segurança Pública, como: "Ocorrências envolvendo explosivos e bombas: Necessidade de criação de um grupo especializado na PMMT" (TCC Conclusão CAO/2006); "Interculturalidade ou colonialidade: a lei 11.645/2008 e o estudo da história e cultura indígena no currículo escolar" (Seminário da Educação - SEMIEDU/2016); "A Segurança Pública e a Colonialidade na Relação com os Indígenas" (SEMIEDU/2017); "A temática indígena no Curso de Formação de Oficiais" (Revista EdUFMT / 2017) "A segurança pública e as reivindicações indígenas" (Notícias de MT Olhar Direto / 2017) e "A Implementação da Educação Escolar Indígena" (Gazeta MT / 2017).

Adentrou às fileiras da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso através do concurso público para o Curso de Formação de Oficiais (CFO) no ano de 1994, tendo concluído em 1996 na Academia de Polícia Militar Costa Verde. Durante seu percurso profissional serviu no 4º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão de Polícia Militar de Trânsito; 3º Batalhão de Polícia Militar, Corregedoria Geral da PMMT, Batalhão de Polícia Militar de Guardas, Gabinete do Comandante Geral Adjunto, Coordenadoria Militar do TJMT, Secretaria das Comissões de Promoções da PMMT, 1º Comando Regional da PMMT, Subchefia do Estado-Maior Geral da PMMT, Gabinete do Comandante Geral da PMMT e Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMMT.

Durante sua carreira foi condecorado com as seguintes medalhas: a) Medalha Tempo de Serviço - Bronze, 10 anos (2005); b) Medalha Tempo de Serviço - Prata, 20 anos (2015); c) Medalha Mérito "Homens do Mato" (2015); Medalha Mérito do Ensino Policial Militar (2015); Medalha Guardiã do Paiaguás (2015) e Medalha Mérito Jurídico Policial Militar (2016).

Dentre os principais cursos que realizou na área de segurança pública, destacam-se: a) Curso de Integração aos Princípios de Direitos Humanos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP - (2001); Curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de Mato

Grosso - SESP - (2001); Curso de Formação de Agentes de Direitos Humanos, pelo Ministério da Justiça - MJ - (2001); Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária-Interativa, pela Polícia Militar do Espírito Santo - PMES - (2002); Curso de Polícia Judiciária Militar, pela PMRN (2004); INC - Instrução de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública, pelo MJ (2004); Curso de Capacitação de Negociadores em Gerenciamento de Crises, pela SESP (2005); Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, pela SENASP (2006); Curso de Proteção de Dignitários, pela Casa Militar de Mato Grosso (2008); Curso de Multiplicadores de Procedimento Operacional Padrão - POP - (2010).

***RHM - Os povos indígenas, sua relação com a colonialidade, alinhada a análise de proposta curricular do CFO da PMMT, bem como, a atuação policial com respeito e valorização da história e cultura indígena foi tema de sua dissertação de Mestrado na UFMT, no Instituto de Educação. O que levou a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação "strictu sensu" com o referido tema?***

Inicialmente duas motivações pessoais levaram este pesquisador a abordar a temática indígena e que com o tempo robusteceram o projeto de pesquisa científica que envolveu os povos indígenas brasileiros e as instituições militares estaduais. A primeira em razão de descender de indígenas da etnia Kurâ Bakairi (Nobres-MT), portanto, conhecedor das diferentes formas de discriminação e preconceitos que sofrem os indígenas, mesmo tratando-se de povos originários e tradicionais que habitam o Brasil desde muito antes da colonização europeia. A segunda, em face da minha inquietação e vivência com a prática profissional na segurança pública, donde nosso questionamento partiu da necessidade de conhecer e analisar como eram empregados os instrumentos teóricos metodológicos no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, referente à temática indígena.

Nessa condição de descendente de indígenas, sempre estive atento aos temas que envolviam as questões indígenas no nosso continente. Por conta disso visitei algumas localidades no Brasil e demais países sulamericanos com a finalidade de melhor conhecer sobre os povos ameríndios, em especial, cidades costarriquenhas,

bolivianas, colombianas e peruanas, dentre as quais o privilégio de visitar os sítios arqueológicos de Cuzco e Machupichu, conhecidas popularmente como a capital do “Império Inca”, proporcionando enorme bagagem de conhecimento acerca de como esses povos originários eram organizados, das suas diferentes manifestações culturais, suas línguas, bem como, dos extermínios e genocídios perpetrados pelos colonizadores europeus.

As populações indígenas sofreram ao longo da história grande processo de apagamento, silenciamento e subalternização. Na escola, o currículo tem sido um dos mecanismos fundamentais para a (re)afirmação de estereótipos e estigmas, bem como têm servido como poderoso instrumento de divulgação de uma história contada apenas do ponto de vista do colonizador e totalmente prejudicial à imagem e à vida dos indígenas, aquilo que alguns filósofos sulamericanos, dentre eles Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Catherine Walsh, chamam de “colonialidade”.

Estive na condição de aluno-a-oficial da Academia de Polícia Militar de Mato Grosso durante os anos de 1994 a 1996. Durante esse período não percebemos qualquer instrução sobre povos nativos e outras culturas existentes no Brasil aos discentes do Curso de Formação de Oficiais e, nem mesmo, estava previsto na matriz curricular do curso esse tema. Daí, juntamente com o meu orientador do mestrado, entendemos que seria uma oportunidade de pesquisarmos o currículo do CFO da Polícia Militar de Mato Grosso e, dentro do possível das polícias militares de outros estados da federação, para entendermos como eram tratadas as práticas curriculares sobre a temática indígenas nos cursos de formação dos futuros comandantes das corporações policiais militares.

***RHM – Dominique Monjardet já destacava que a polícia está habilitada a intervir em todos os lugares, em todos os tempos e em relação a qualquer um, ressalvadas algumas situações. Podemos então conceber que a força policial detém o monopólio da força em relação aos outros. Como o senhor alinha esse pensamento de Monjardet ao neo pensamento de ser policial militar um protagonista dos Direitos Humanos do cidadão?***

Para a realização da pesquisa foi necessário conhecer o surgimento da polícia e de seus variados modelos, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Era Moderna, até os dias atuais. Essa contextualização de sua evolução histórica tornou possível conhecer os

parâmetros que nortearam a prestação do serviço de segurança no seio da sociedade. Ao longo dos tempos as instituições policiais tiveram diferentes formatos, no entanto, uma característica comum lhes foram reservadas em quase todo o mundo, qual seja, sempre estiveram sob a subordinação de poderosos mandatários que lhes patrocinaram pela iniciativa pública ou privada. Dessa forma as pessoas, grupos ou instituições que bancavam o custo da segurança eram também os controladores da polícia e, conseqüentemente, ditavam quais eram as suas atribuições. Em muitos territórios, a atividade policial era confundida, também, com a autoridade judiciária, dotando o agente policial de suprema autoridade com poderes de prender, processar, julgar e acompanhar o cumprimento da pena do sentenciado.

O sociólogo francês Dominique Monjardet é uma referência nos estudos e análises das instituições policiais do Ocidente, em especial as polícias francesas, cujos modelos orientaram a criação das polícias portuguesas e, por conta direta da colonização, também das instituições policiais brasileiras. No aprofundamento dos estudos de sua obra “O que faz a polícia”, que analisou a relação das instituições policiais com a sociedade, o próprio Monjardet deixa claro a necessidade da imposição de limites para a atividade policial nas sociedades democráticas. O uso legítimo da força exercido pela polícia, no conceito de Max Weber, é autorizado pelo estado com o objetivo de manter a ordem em um determinado território, se necessário.

No caso da polícia brasileira atualmente sua atividade encontra respaldo e balizamento na Constituição Federal promulgada no ano de 1988, cuja Carta Magna, teve o cuidado de defender com ênfase o Estado Democrático de Direito logo no seu primeiro artigo. O texto constitucional trouxe imensas transformações nos direitos individuais e coletivos da sociedade brasileira, repassou novas atribuições para os organismos responsáveis pela segurança pública, especialmente quanto à atuação da Polícia Militar, que passou a ter a missão de garantir a segurança pública e a defesa da sociedade. Destarte, incumbe também ao policial, civil ou militar, assegurar o respeito à dignidade da pessoa humana, não admitindo a resolução de conflitos de maneira arbitrária às normas constitucionais e infraconstitucionais.

***RHM - Em sua pesquisa que além de analisar meticulosamente o PPP e MC do CFO da APMCV, se estendeu à outras Academias de Polícia Militar de outras unidades federativas, o que se verificou em relação ao projeto político pedagógico sobre a temática povos e culturas indígenas?***

As justificativas para a criação da Academia de Polícia Militar de Mato Grosso decorreram da necessidade de formar oficiais de polícia no próprio Estado,

para que pudessem prestar os serviços de segurança à sociedade, devidamente familiarizados com a população, suas tradições, realidades e peculiaridades culturais locais que, diga-se, no nosso Estado são imensas em decorrência da enorme proporção territorial, diferenças socioambientais, ocupações migratórias e colonizadoras, variada exploração econômica dos recursos naturais e dispersa distribuição populacional.

Importante destacar que o nosso país é uma das principais nações com representações indígenas, uma vez que possui distribuídas em seu território aproximadamente 240 etnias e mais de 900 mil indivíduos autodeclarados, segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). O estado de Mato Grosso comporta uma população de 42.538 indígenas autodeclarados, número que corresponde a 1,4% da população do estado e 5,2% da população autodeclarada indígena no país. A enorme presença dos indígenas é facilmente notada nos municípios de nosso imenso estado, inclusive, nas cidades de maior porte populacional.

A pesquisa visou identificar na proposta curricular do CFO 2013-2015 como estavam apresentados os conteúdos relativos à temática indígena e se os alunos a oficiais, em âmbito acadêmico, recebiam instruções com suficientes informações para utilizar na sua atividade profissional, atuando como agentes aptos a respeitar os indígenas, suas histórias e suas culturas.

Ao analisarmos o currículo do CFO da PMMT, observamos, que em termos percentuais, as áreas temáticas que contam com maior número de horas/aulas no Curso de Formação de Oficiais da PMMT estavam dispostas da seguinte forma: a área temática “Funções Técnicas Procedimentos em Segurança Pública” contemplada com 27,47% do total das disciplinas; a área temática “Cultura e Conhecimentos Jurídicos” conta com 19,74%; a área temática “Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública” disposta de 13,05 desse total. Já a área temática II “Violência, Crimes e Controle Social” – que se propõe a tratar dos atos e fatos sociais com abordagem sociológica, psicológica, criminológica e cultural – contava com apenas 2,86% do total de horas/aulas. Dentro dessa área temática a expectativa perpassou pela presença dos conteúdos referente aos indígenas estarem inseridas na disciplina “Etnicidade, Cultura e Minorias”. A comentada disciplina,

ministrada aos discentes do 1º ano do CFO, conta com uma carga horária de 30 (trinta) horas aulas, no entanto a temática indígena não é abordada a ponto de proporcionar segurança ao discente militar durante eventual atendimento de ocorrência policial.

A análise da Matriz Curricular Nacional, do Projeto Político Pedagógico e demais documentos correlatos que orientam a carga horária do CFO da PMMT demonstrou que instituição dá maior ênfase ao aspecto tecnicista e jurídica na formação dos discentes militares. As disciplinas com conteúdos humanistas, que proporcionariam supedâneos aos policiais agirem rotineiramente com sensibilidade necessária na interpretação dos fenômenos históricos, sociais e culturais são menos contempladas em termos de carga horária disponibilizada.

E isso não é uma particularidade do ensino policial militar mato-grossense. Com a fundamental colaboração do Comando da PMMT solicitamos de 17 academias de polícia militar do Brasil os seus PPP, planos de ensino e de aulas, com a finalidade de analisar se apresentavam conteúdos da temática indígena em seus cursos. Apenas 07 instituições de ensino militar responderam à nossa solicitação e também manifestaram que não debatem pormenorizadamente o tema indígena nas instruções dos seus respectivos cursos de formação de oficiais.

***RHM - Decorrida sua pesquisa, com mergulho profundo na seara do ensino militar na formação de Oficiais, sem esquecer da formação das Praças na PMMT, qual foi a sua proposta de implementação no currículo formador do novo policial militar que deve prestar um serviço isonômico a todos que tenham direitos e que cabe ao policial militar servir e proteger?***

Entendo como fundamental que as instituições de ensino militar, tanto a de Oficiais quanto a de Praças, prepararem os futuros profissionais da segurança pública, bem como, que qualifiquem os que já militam na atividade profissional para que exerçam o seu papel consciente da enorme diversidade existente na nossa sociedade, sejam elas étnicas, sociais, culturais, políticas e sexuais, entre outras. É importante que o agente policial conheça de forma minudente a sociedade e o meio que está atuando e inserido. No caso das culturas indígenas só será possível por intermédio de professores/instrutores capacitados e com materiais didáticos que

tratem responsabilmente da história, dos povos e das culturas indígenas no Brasil, e em particular, dos povos indígenas que vivem nesse nosso estado.

O último capítulo da dissertação foi reservado para sugestões ao currículo do CFO da PMMT, visando melhor subsidiá-lo no ensino sobre a história e culturas indígenas. As propostas visam a construção de um conhecimento baseado na histórica realidade dos povos nativos e possibilitar o acesso a conteúdo mais humanizado, crítico-social e intercultural na formação dos oficiais. Embora o objeto da pesquisa e das propostas tenha sido para o CFO, a sugestão não torna estanque o ensino exclusivamente para o mencionado curso, com a possibilidade de ser utilizado em quaisquer outros cursos com as adaptações que convierem ao formato das instruções.

Entendemos por conveniente destacar nas propostas do ensino policial que no decurso desses quase 520 anos os indígenas possuem em seu histórico de vida uma vasta narrativa de resistência às inúmeras hostilidades impostas pela colonização e pelos demais detentores do poder político-econômico brasileiro. Essas relações desproporcionais causaram-lhes profundos prejuízos na vida social e atualmente compõe as pautas das suas atuais reivindicações, que em várias circunstâncias culminam na necessidade do atendimento policial.

Nesse decurso histórico os indígenas sido vítimas da transmissão de doenças, inicialmente propagadas pelos colonizadores, grande responsável pela redução dos povos indígenas, aliadas às guerras de extermínio; negação da sua diversidade étnica, linguística e cultural; submissão a uma religião ou crença de forma compelida; ameaças e assassinatos em razão da disputa de terras ou em face dessas denúncias ao poder público; morte gratuita por assédio moral, estereótipos, injúrias e racismo em decorrência de sua condição sociocultural; omissão na regularização de suas terras, embora muitas tenham sido reconhecidas pela instituição judiciária. Nos casos em que o indígena eventualmente figurar na condição de infrator destacamos que serão aplicados os mesmos balizamentos previstos nas normas constitucionais e infraconstitucionais e que estas já são rotineiramente aplicadas no ensino militar, com a recomendação de que, nessas ações ou operações policiais, busquem auxílio das instituições que os representam, dentre elas a FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

Todas essas infrações podem ser trabalhadas nos cursos policiais, de forma interdisciplinar, nas disciplinas de Direito Constitucional, de Direito Penal, Direitos Humanos e Técnicas Gerais de Policiamento, instrumentos legais que o Estado detém para prevenir, coibir e punir condutas reprovadas pela lei e que orientam as medidas necessárias da atuação policial.

Além de necessário para uma segura atuação profissional, esse conhecimento possibilitará ao policial a preparação devida para atuar desprovido de preconceitos, discriminação ou qualquer outro tipo de violência. Para tanto, entende-se que é primordial que conheçam o cenário político atual, quem são os povos indígenas e qual sua atual condição social, além de quais as principais violências de que são vítimas e a legalidade de uma eventual atuação policial, caso necessária.

**RHM - De tudo que foi exposto como avalia o desconhecimento da sociedade sobre a temática indígena?**

É reinante o desconhecimento da nossa sociedade sobre qualquer assunto que se relacione aos indígenas, revelando inclusive a ignorância da nossa própria história. Os policiais, friso, que também são oriundos dessa mesma sociedade, não escapam da idêntica condição e carregam consigo as mesmas desinformações.

As escolas públicas e particulares quase nada mencionam sobre as culturas indígenas. E quando tentam ensinar apresentam conteúdos em que os indígenas são retratados de forma folclórica e estereotipada como nas datas “comemorativas” no “dia do índio”. Na tentativa de corrigir essa distorção histórica os indígenas e os movimentos sociais indígenas conseguiram a aprovação da lei nº 11.645/2008, que provocou alterações na Lei de Diretrizes Básicas da Educação estabelecendo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Indígena nos currículos escolares. No entanto, que embora a mencionada norma tenha sido editada a mais de dez anos até a presente data ainda não está totalmente regulamentada e aplicada em consonância com o objetivo da norma.

Acredito que uma instituição diretamente corresponsável pela segurança pública deve formar seus policiais com currículos e conteúdos interculturais, problematizando as discriminações decorrentes dessas diferenças culturais, enfim,

educando o olhar dos agentes de segurança para respeitar as diferentes pessoas e culturas.

**RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.***

As instituições policiais estiveram por muito tempo alheias ao incentivo para a graduação e qualificação *latu sensu* e *strictu sensu* de seus membros, deixando um imenso vazio na produção de estudos acadêmicos na área da segurança estadual e nacional. Isso permitiu que pessoas totalmente avessas à área da segurança aventurassem nesse tema, emitissem suas opiniões e formassem convicções distorcidas da realidade.

É notório que muitos oficiais e praças têm tido o apoio necessário e incentivo para a produção do conhecimento em várias áreas, principalmente no tocante a nossa atividade policial, projetando nossa instituição a trilhar ainda mais o caminho da legalidade e da promoção social.

Aproveito a oportunidade para agradecer imensamente a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso por permitir a minha qualificação pessoal e profissional na área da Educação, proporcionando incondicional apoio à minha pesquisa e que, sem temer quaisquer críticas, abriu as portas da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa e da Academia de Polícia Militar Costa Verde, imprescindível para o desenvolvimento deste estudo.

**RHM - *Muito obrigado pela entrevista!***